



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*  
*Gabinete da Desembargadora Denise Levy Tredler*

VIGÉSIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL  
ORIGEM: 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL  
AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0036670-47.2014.8.19.0000  
AGRAVANTES: FERNANDO ANTÔNIO GUERRA PEIXE, FRANCISCO JOSÉ  
FIGUEIRA DE MELLO NEVARES, ECILA GOMES RODRIGUES,  
EDWIN CARLSON JUNIOR e JOSÉ DE OLIVEIRA  
AGRAVADOS: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS e FUNDAÇÃO  
PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS  
RELATORA: DES. DENISE LEVY TREDLER

QUESTÃO DE ORDEM SUBMETIDA AO COLEGIADO.  
INSTALAÇÃO DE CÂMARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS EM  
DIREITO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA EM  
RAZÃO DA MATÉRIA.

- Agravo de instrumento interposto contra a decisão que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, em ação objetivando a declaração de titularidade do direito adquirido à percepção do benefício de previdência suplementar, que já é pago aos ora agravantes. A ação visa, ainda, declaração de nulidade ou ineficácia das alterações efetuadas pelo Conselho Deliberativo da PETROS, assim como declaração de responsabilidade solidária das rés, pelo pagamento de benefícios vitalícios já percebidos pelos demandantes.
- Aplicação da súmula 321, do Superior Tribunal de Justiça, que consagra o entendimento relativo à sujeição da matéria ao Código de Defesa do Consumidor.
- Demanda que versa sobre típica relação de consumo, sujeita às disposições da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- Aplicação do art. 6º-A, do Regimento Interno deste egr. Tribunal de Justiça, incluído pela Resolução nº. 22/2013 do col. Órgão Especial.
- Competência absoluta das Câmaras Cíveis Especializadas em Direito do Consumidor, em razão da matéria.
- Declínio de competência.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*  
*Gabinete da Desembargadora Denise Levy Tredler*

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0036670-47.2014.8.19.0000, em que são Agravantes Fernando Antônio Guerra Peixe e OUTROS, e Agravados Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS e Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a Vigésima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em sessão realizada nesta data, por unanimidade de votos, em declinar da competência para o julgamento deste agravo a prol de uma das Câmaras Cíveis especializadas em Direito do Consumidor, nos termos do voto da Desembargadora Relatora, como segue.

*Voto*

Submeto a presente questão de ordem ao colegiado com fulcro no inciso II, do art. 31 do Regimento Interno deste TJRJ, que permite ao Relator submeter ao órgão julgador quaisquer questões de ordem relacionadas com o andamento do processo, apresentando-o em mesa para tal fim.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Fernando Antônio Guerra Peixe, Francisco José Figueira de Mello Nevares, Ecila Gomes Rodrigues, Edwin Carlson Junior e José de Oliveira, contra a decisão do Juízo de Direito da 17ª Vara Cível da Comarca da Capital, que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

Alegam os recorrentes, em síntese, que são ex-empregados aposentados da empresa PETROBRÁS S/A; que aderiram ao Plano Petros do Sistema Petrobrás, razão por que percebem mensalmente da Fundação Petrobrás de Seguridade Social, seus benefícios de suplementação de aposentadoria ou pensão, sendo estes pagamentos dos benefícios garantidos pela massa patrimonial do Plano, ou seja, o patrimônio a ele afeto. Sustentam, ainda, que o Conselho Deliberativo da Petros aprovou, através o expediente CD-109/2012 (Separação de Massas – Repactuados e Não Repactuados), aprovado pela Ata 462, alteração regulamentar que institui a separação de massas, o que significa a divisão do patrimônio do plano por categoria de participantes, em manifesta ilegalidade. Assim requerem o provimento do recurso interposto, com a concessão de medida antecipatória nos termos em que requerida na peça inicial.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*  
*Gabinete da Desembargadora Denise Levy Tredler*

É o relatório.

Trata-se de ação ajuizada pelos ora agravantes em face de Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS e Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, objetivando a declaração de titularidade do direito adquirido à percepção do benefício de previdência suplementar, que já é pago aos autores, assim como a declaração de nulidade, ou de ineficácia das alterações resultantes do expediente CD-109/2012 (Separação de Massas – Repactuados e Não Repactuados), aprovadas pela ata 462 do Conselho Deliberativo da PETROS, além da declaração de responsabilidade solidária das rés ora agravadas, pelo pagamento de benefícios vitalícios já percebidos pelos demandantes.

Da análise da peça inicial da ação originária extrai-se que os autores requereram a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova, na forma do inciso VIII, do seu art. 6º, e da Súmula 321, do egr. STJ (fl. 49, anexo 1, pasta 60).

Releva salientar que, ao decidir pela aplicação do CDC, o egr. STJ não fez qualquer distinção entre as entidades de previdência privada complementar sejam as abertas, sejam as fechadas, com fins lucrativos ou não, bastando que exerçam atividades de natureza securitária.

Com efeito, os participantes dos planos de benefícios, ao firmarem contratos com as entidades de previdência privada, tornam-se seus clientes, passando a pagar contribuições mensais e ocupam posição de vulnerabilidade econômica, eis que referidas entidades se equiparam às instituições financeiras e seguradoras, já que prestam o serviço mencionado no § 2º, do art. 3º, do CDC.

Versa a presente lide, portanto, sobre típica relação de consumo, sujeita às disposições da Lei nº 8.078, de 1990 (CDC), vez que a ação originária se baseia em contrato de previdência privada, restando configurada a vulnerabilidade econômica do participante.

Releva observar o que dispõe o art. 6º-A, do Regimento Interno deste Egr. Tribunal de Justiça, incluído pela Resolução nº 22 do col. Órgão Especial, de 2013:



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*  
*Gabinete da Desembargadora Denise Levy Tredler*

“Art. 6º-A. Compete às Câmaras Cíveis de numeração 23ª a 27ª, no âmbito de sua especialização nas matérias cujo processo verse sobre direito do consumidor:

I - processar e julgar:

a) os mandados de segurança e o habeas data contra atos dos juízes e membros do Ministério Público Estadual de primeira instância em matéria cível, salvo os dos Juízes dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública ou de suas Turmas Recursais;

b) as ações rescisórias de sentença e os recursos das decisões que as indeferirem *in limine*;

c) os embargos infringentes e o recurso contra a decisão do Relator que não os admitir;

d) as reclamações contra atos dos juízes e as reclamações contra atos pertinentes à execução de seus acórdãos;

e) o conflito de competência entre os juízos;

f) as exceções de impedimento e de suspeição opostas a juízes, quando não reconhecidas;

II – julgar:

a) as apelações e agravos;

(...)

§1º. Consideram-se matéria de direito do consumidor as indicadas no Sistema de Gestão das Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.”

Dessa forma, e considerado tratar-se de competência absoluta, vez que fixada em razão da matéria, verifica-se a incompetência desta 21ª Câmara para o julgamento deste recurso, devendo o feito ser redistribuído para uma das Câmaras Cíveis Especializadas.

Ressalte-se que o presente recurso foi distribuído aos 24/07/2014 (pasta 22), razão por que não se aplica, na espécie, a vedação de redistribuição dos feitos distribuídos anteriormente a 02 de setembro de 2013, a que se refere o art. 1º da Resolução TJ/OE/RJ nº. 34, de 2013.

Acresce notar que em relação aos processos elencados na Tabela Processual Unificada do Conselho Nacional de Justiça, sob a rubrica “DIREITO DO CONSUMIDOR”, serão da competência das aludidas Câmaras Especializadas todos os recursos (e demais incidentes processuais), que venham a surgir no curso dos referidos processos.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*  
*Gabinete da Desembargadora Denise Levy Tredler*

Consigne-se, ademais, a jurisprudência do egr. STJ e a desta Câmara, como segue:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REGRAS REGULAMENTARES A SEREM APLICADAS. SÚMULAS 5, 7/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO COM PATROCINADORA. CDC. SÚMULA 83/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 13/STJ. IMPROVIMENTO.

1.- A convicção a que chegou o Tribunal a quo quanto às regras regulamentares a serem aplicadas na complementação da aposentadoria decorreu da análise dos regulamentos da entidade previdenciária. O acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte. Incide nesse ponto as Súmulas 5, 7/STJ.

**2.- O CDC é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes (Súmula 321/STJ).**

3.- Em relação à formação de litisconsórcio passivo, a relação existente entre os associados e a **PETROS** é de natureza civil, decorrente do contrato de previdência privada firmado entre as partes, o qual, a toda evidência, não guarda relação direta com a Petrobrás, seu ex-empregador, com quem tiveram seus contratos de trabalho extintos, justificando-se, portanto, o afastamento da intervenção da patrocinadora na hipótese dos autos. Estando o acórdão de origem em sintonia com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal, incide a Súmula 83/STJ.

4.- Agravo Regimental improvido.” AgRg no REsp 1423552 / SE - AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2013/0401560-1 - Relator(a) Ministro SIDNEI BENETI - TERCEIRA TURMA - Data do Julgamento: 25/02/2014. Grifos apostos

“PROCESSUAL CIVIL. AGRADO REGIMENTAL. **ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PETROS. CDC. APLICAÇÃO. ARTS. 219 DO CPC E 405 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS N. 284 E 356-STF. RESTITUIÇÃO INTEGRAL DAS CONTRIBUIÇÕES PESSOAIS. SÚMULA N. 289 DO STJ.**

I. As questões federais não enfrentadas pelo Tribunal estadual recebem o óbice das Súmulas n. 282 e 356 do C. STF, não podendo, por falta de prequestionamento, ser debatidas no âmbito do recurso especial.

II. Consolidou-se a jurisprudência da Corte no sentido de que a devolução das contribuições deve ser feita integralmente, com correção monetária por fatores de atualização que recomponham a efetiva desvalorização da moeda nacional, nos termos da Súmula n. 289-STJ.

**III. O CDC é aplicável às entidades abertas e fechadas de previdência complementar.**



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*  
*Gabinete da Desembargadora Denise Levy Tredler*

IV. Agravo improvido.” AgRg no REsp 816545 / SE - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2006/0023259-6 - Relator(a) Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA -Data do Julgamento: 03/08/2006. Grifos apostos.

“QUESTÃO DE ORDEM SUBMETIDA AO COLEGIADO. INSTALAÇÃO DE CÂMARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS EM DIREITO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA EM RAZÃO DA MATÉRIA. Incompetência absoluta desta Câmara para julgar apelação em processo que verse sobre direito do consumidor distribuído a partir de 02 de setembro de 2013, e sem anterior prevenção, eis que já estavam instaladas as Câmaras Cíveis de numeração 23ª a 27ª, com competência especializada em matéria consumerista. Trata-se de ação de rito ordinário, cuja causa de pedir versa sobre a revisão de benefício concernente à previdência privada complementar. Aplicação do CDC. Súmula nº 321 do E. STJ. Entidades abertas e fechadas de previdência complementar. Precedentes do C. STJ e desta Corte. Declínio da competência para uma das Câmaras Cíveis especializadas em direito do consumidor, encaminhando-se os autos à 1ª Vice-Presidência para redistribuição. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA.” 0174969-35.2013.8.19.0001 - APELACAO - DES. ANDRE RIBEIRO - Julgamento: 12/08/2014 - VIGESIMA PRIMEIRA CAMARA CIVEL. Grifos apostos.

“Questão de ordem submetida ao Colegiado. Incidência do art. 50, § 2º do RITJ/RJ. Competência absoluta em razão da matéria. Plano de Previdência Privada. Ação de cobrança cumulada com indenizatória por danos morais. Incidência do artigo 3º, § 2º, do CDC. Relação de Consumo. Precedentes do E. STJ e deste E. TJ/RJ. Incompetência absoluta das Câmaras Cíveis de numeração 1ª a 22ª para julgar recurso, que trate sobre direito do consumidor, distribuído a partir de 02.09.2013, e sem anterior prevenção, nos termos da Resolução TJ/OE nº. 34/2013. Recurso distribuído a esta Câmara em 10.07.2014. Declínio de competência para uma das Câmaras Cíveis especializadas em direito do consumidor.” 0031794-80.2013.8.19.0001 - APELACAO - DES. PEDRO FREIRE RAGUENET - Julgamento: 22/07/2014 - VIGESIMA PRIMEIRA CAMARA CIVEL. Grifos apostos.

“QUESTÃO DE ORDEM SUBMETIDA AO COLEGIADO. INSTALAÇÃO DE CÂMARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS EM DIREITO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA EM RAZÃO DA MATÉRIA. 1. Incompetência absoluta das Câmaras Cíveis de numeração de 1ª a 22ª para julgar recurso que verse sobre direito do consumidor, distribuído a partir de 02 de setembro de 2013, e sem anterior prevenção, eis que já instaladas as Câmaras Cíveis de numeração 23.ª a 27.ª, com competência especializada em matéria consumerista. 2. É consumerista a relação firmada entre entidade de previdência privada e seus participantes ;





*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*  
*Gabinete da Desembargadora Denise Levy Tredler*

**Verbete da Súmula n.º 321 do STJ. 3. Declínio da competência para uma das Câmaras Cíveis especializadas em direito do consumidor,**  
encaminhando-se os autos à 1ª Vice-Presidência para redistribuição.  
**DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA.”**

0036695-60.2014.8.19.0000 - AGRADO DE INSTRUMENTO - DES.  
MONICA DE FARIA SARDAS - Julgamento: 05/08/2014 - VIGESIMA  
PRIMEIRA CAMARA CIVEL. Grifos apostos.

Por essas razões, voto no sentido de declinar-se a competência para o julgamento deste agravo a prol de uma das Câmaras Cíveis Especializadas em Direito do Consumidor deste Egr. TJRJ (23ª a 27ª), encaminhando-se os autos à Col. 1ª Vice-Presidência, para a respectiva redistribuição.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2014.

*Denise Levy Tredler*  
*Desembargadora Relator*

TERMO DE RECEBIMENTO  
REGISTRO E AUTUAÇÃO

NESTA DATA, APÓS RECEBIDOS, ESTES AUTOS FORAM REGISTRADOS E AUTUADOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, NA FORMA DO DEMONSTRATIVO ABAIXO DISCRIMINADO:

0050618-51.2017.8.19.0000	CONFLITO DE COMPETENCIA
Protocolo	3204/2017.00497742
Órgão	TRIBUNAL DE JUSTICA
Ação Originária	0036670-47.2014.8.19.0000
Obs	

AUTUADO CONFORME FLS. 41 À 49 DOS AUTOS ORIGINÁRIOS

Data da Decisão

Decisão/Sentença Agravada

Volume(s): 1, Apenso(s): 0, Doc(s). J/P/L: 0, Anexo(s): 0

Folhas: 8

Assunto 1 Complementação de Aposentadoria / Previdência privada / Espécies de Contratos /

SUSCTE	: EGRÉGIA 23ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUSCDO	: EGRÉGIA 21ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERESSADO	: FERNANDO ANTONIO GUERRA PEIXE
INTERESSADO	: FRANCISCO JOSÉ FIGUEIRA DE MELLO NEVARES
INTERESSADO	: ECILA GOMES RODRIGUES
INTERESSADO	: EDWIN CARLSON JUNIOR
INTERESSADO	: JOSÉ DE OLIVEIRA
ADVOGADO	: CESAR VERGARA DE ALMEIDA MARTINS COSTA (Ativo)
ADVOGADO	: MATHEUS DAVOGLIO SARTURI
ADVOGADO	: IAGO SANTANA DE JESUS (Ativo)
INTERESSADO	: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
INTERESSADO	: FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2017

Preparado Por: MARILIA JANNUZZI LAZZAROTTO MONTEIRO [MARILIAMONTEIRO]  
FUNCIONÁRIO DA AUTUAÇÃO





## Certidão de Prevenção

**Prevenção:** 0050618-51.2017.8.19.0000  
( Classe: CONFLITO DE COMPETENCIA)

### Impedimentos

- 361: DES. DENISE LEVY TREDLER  
**Motivo:** RELATOR(A) EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA  
451: DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE  
**Motivo:** CONSTA ANOTAÇÃO DE IMPEDIMENTO EM CADASTRO PRÓPRIO DO TJRJ  
474: DES. SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES  
**Motivo:** VOGAL EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA  
480: DES. PEDRO FREIRE RAGUENET  
**Motivo:** VOGAL EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA  
568: DES. ANDRE EMILIO RIBEIRO VON MELENTOVYTCH  
**Motivo:** VOGAL EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA  
603: DES. MURILO ANDRE KIELING CARDONA PEREIRA  
**Motivo:** VOGAL EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA  
619: JDS. DES. MABEL CHRISTINA CASTRIOTO MEIRA DE VASCONCELLOS  
**Motivo:** RELATOR(A) EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA

## Certidão

Certifico que, ao analisar os presentes autos, não encontrei prevenção.

Rio de Janeiro, QUARTA-FEIRA , 06 DE SETEMBRO DE 2017.

[MARILIAMONTEIRO]



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DEPARTAMENTO DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO CÍVEL

Rua D. Manuel, 37 – Sala 501 - Lâmina III – Centro – CEP: 20.010-090 Rio de Janeiro / RJ

Tel.: 3133-6255/ 3133-6530 / 3133-6538 / 3133-6529

## **CERTIFICO QUE O PRESENTE FEITO FOI AUTUADO NESTE TRIBUNAL**

### **SOBRE AS CUSTAS PROCESSUAIS, VERIFICOU-SE QUE:**

- ( ) Há pedido de gratuidade de justiça.
- ( ) As custas judiciais (*Preparo*) foram regularmente recolhidas.
- ( ) As custas judiciais serão recolhidas no final, na forma da Lei (art. 24 da Lei 3350/99).
- ( **X** ) Há isenção de custas : a) art. 17 e 18 da Lei 3350/99 ( **X** )  
b) § 2º, art. 141 da Lei 8069/90 ( ) ;
- ( ) Assistido pela Defensoria Pública.
- ( ) Até o presente momento, não houve recolhimento da Grerj Eletrônica nº \_\_\_\_\_.
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

### **AS CUSTAS PROCESSUAIS FORAM IRREGULARMENTE RECOLHIDAS NA FORMA ABAIXO:**

- ( ) O valor referente ao **PREPARO** (1101-5) foi recolhido a menor, devendo ser complementado em R\$ \_\_\_\_\_, e o correspondente percentual da **CAARJ**, **FUNPERJ** e **FUNDPERJ**.
- ( ) O valor referente ao **PREPARO** (1101-5) não foi recolhido. Deve ser recolhido o valor de R\$ \_\_\_\_\_, e o correspondente percentual da **CAARJ**, **FUNPERJ** e **FUNDPERJ**.
- ( ) O valor referente ao **PREPARO** foi recolhido a menor e no código de receita errado, devendo ser providenciado o apostilamento, observado o art. 72 da Resolução CM nº 15/99 e o Art. 4º, Par. 6º, do Ato Normativo TJ 08/2009. Deve ainda, ser efetuado o complemento na conta correta(1101-5) no valor de R\$ \_\_\_\_\_ e o correspondente percentual da **CAARJ**, **FUNPERJ** e **FUNDPERJ**.
- ( ) O valor referente ao **PREPARO** foi recolhido no código de receita errado. O código correto é 1101-5, devendo ser providenciado o apostilamento, observado o art. 72 da Resolução CM nº 15/99 e o Art. 4º, Par. 6º, do Ato Normativo TJ 08/2009.
- ( ) Custas de diligência(s) de Citação/Intimação/Ofício Via Postal – (conta 1110-6) - R\$ \_\_\_\_\_
- ( ) Distribuidores-Reg/B privatizado (conta 1669-0012395-2 ) - R\$ \_\_\_\_\_
- ( ) Custas de diligência(s) de Citação por Oficial de Justiça (conta 1107-2). R\$ \_\_\_\_\_.
- ( ) **TAXA JUDICIÁRIA** (conta 2101-4). Recolher: R\$ \_\_\_\_\_. Complementar: R\$ \_\_\_\_\_.
- ( ) Diversos (2212-9) - Valor correspondente a 02 (dois) ofícios eletrônicos (R\$ 18,26 X 02). Considera-se o ofício que solicita informações ao juízo a quo, bem como o ofício que consigna resposta (do juízo a quo para o juízo ad quem), em conformidade com o disposto no Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 26/2006.
- ( ) Recolhimento a maior no valor de R\$ \_\_\_\_\_, referente a(o):
- ( ) **PREPARO** (1101-5) ( ) **TAXA JUDICIÁRIA** (2101-4) ( ) Outros. : \_\_\_\_\_
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÕES: \_\_\_\_\_



**Termo de Distribuição**

Nesta data esses autos foram distribuídos e serão encaminhados conforme as seguintes informações:

CONFLITOCOMPET 0050618-51.2017.8.19.0000

Data/Hora da Distribuição 11/09/2017 11:00

Forma de Distribuição Distribuição Automatica

Órgão Julgador OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL

Relator DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO

**INFORMAÇÃO**

Informo que se acha distribuído para este órgão o(s) seguinte(s) feito(s):

Nesta data, faço remessa destes autos a OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ÓRGÃO ESPECIAL

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2017, 11:12

  
DES. ELISABETE FILIZZOLA ASSUNÇÃO  
1º Vice Presidente



Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0050618-51.2017.8.19.0000 - CONFLITO DE COMPETENCIA**

**Fase: Conclusão - Relator**

<b>Data da Conclusão</b>	11/09/2017 12:02
<b>Destino</b>	GAB. DES GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO
<b>Órgão Julgador</b>	OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**GAB. DES GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO**  
**OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL**



**CONFLITO DE COMPETENCIA**  
**nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

## **DESPACHO**

Ao Ministério Público.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2017.

**DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO**





**OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ÓRGÃO ESPECIAL**

**INTIMAÇÃO ELETRÔNICA**

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2017

Processo: 0050618-51.2017.8.19.0000 - CONFLITO DE COMPETENCIA

Destinatário: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ASSESSORIA DE ATRIB ORIG  
EM MATERIA CIVEL)

Fica V. S<sup>a</sup> / V. Ex<sup>a</sup> intimado da determinação abaixo:

Ao Ministério Público.





## Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS  
ASSESSORIA DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CÍVEL

### **ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** **PROCESSO Nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

#### **Conflito de Competência** **Relator: Des. Gabriel de Oliveira Zefiro**

Suscitante: Egrégia 23ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça  
Suscitado: Egrégia 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça

#### **Parecer do Ministério Público**

**Conflito negativo de competência suscitado pela 23ª Câmara Cível, salientando a exclusão da competência das Câmaras especializadas em direito do consumidor para julgamento da demanda. Entidade de previdência privada fechada. Inaplicabilidade do CDC, ante a previsão do art. 6º-A, § 2º, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Incidência do enunciado nº 563, da Súmula do STJ. Procedência do conflito, de modo a se declarar a competência da 21ª Câmara Cível.**

Cuida a espécie de conflito negativo de competência suscitado pela 23ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, figurando como suscitada a 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que declinou da competência.

Consoante a r. decisão da Câmara Cível suscitada, a matéria discutida nos autos atrairia a competência das Câmaras Cíveis especializadas.

Em seguida vieram os autos ao Ministério Público.

Este o relatório.



## Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS ASSESSORIA DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CÍVEL

Quanto à admissibilidade, presentes os requisitos legais para o conhecimento deste incidente processual, nos termos dos artigos 66, II, e 951, ambos do Código de Processo Civil, bem como a competência desse E. Órgão Especial para dirimir a questão, na forma do disposto no artigo 3º, inciso I, alínea “f”, do Regimento Interno desse Tribunal de Justiça.

Inicialmente, é importante ressaltar que a competência das Câmaras Cíveis especializadas em direito do consumidor encontra-se prevista no artigo 3º, §1º da Lei Estadual nº 6.375/12, *in verbis*:

“1º - As Câmaras Cíveis de numeração 23ª a 27ª terão competência especializada nas matérias cujo processo originário verse sobre direito do consumidor.”

Assim, pelo que se depreende da expressa previsão legal, a competência é *ratione materiae* e, portanto, absoluta, limitando-se, desta forma, as demandas inerentes às relações de consumo.

Gizadas tais considerações, o ponto nodal da controvérsia consiste em aferir se a causa discutida nos autos revela matéria consumerista.

Então vejamos.

Trata-se de demanda em que figura entidade de previdência privada fechada e seus participantes, a elidir a incidência do diploma consumerista, na forma do art. 6º-A, § 2º, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, *in verbis*:

“Art. 6º-A. Compete às Câmaras Cíveis de numeração 23ª a 27ª, no âmbito de sua especialização nas matérias cujo processo verse sobre direito do consumidor: ...



## Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS ASSESSORIA DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CÍVEL

§ 2º. Ficam excluídas das Câmaras Cíveis de numeração 23ª a 27ª as seguintes causas:

*I - demandas em que pessoas jurídicas de direito público integrem a relação processual;*

*II - feitos que resultem de acidente de trânsito e não envolvam contrato de transporte;*

**III - processos oriundos de litígios entre instituição de previdência privada aberta ou fechada e seus participantes; – grifo nosso.**

*IV - execuções fundadas em título extrajudicial, ainda que opostos embargos ou ajuizada demanda anulatória.”*

Por fim, cabe mencionar que o Superior Tribunal de Justiça cancelou o verbete nº 321, de sua Súmula, e editou o enunciado nº 563, segundo o qual “o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.”

Diante disto, acompanhando o entendimento adotado pelo C. Órgão Especial, oficia o Ministério Público pelo acolhimento do presente incidente, de modo a se declarar a competência da E. Câmara Cível Comum, para a apreciação do recurso respectivo.

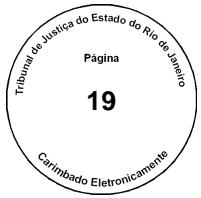
Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2017.

**Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel**

Subprocurador-Geral de Justiça  
de Assuntos Cíveis e Institucionais



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**GAB. DES GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO**  
**OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL**



**CONFLITO DE COMPETENCIA**  
**nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

## **DESPACHO**

Em mesa.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2017.

**DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO**





**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (SETOE)

Divisão de Processos Judiciais

**Serviço de Processamento Cível (SECIV)**

Avenida Erasmo Braga, nº 115, Lâmina I, Sala 906, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

Telefone: (0XX21) 3133-2501 – [setoe@tjrj.jus.br](mailto:setoe@tjrj.jus.br)

**Processo nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

**C E R T I D ã O**

Certifico que estes autos foram conferidos e retratam com exatidão os dados constantes do Sistema e-JUD, não havendo, portanto, nenhum óbice à colocação do feito “em mesa”.

Certifico, outrossim, que consta na certidão do E. 1ª Vice-Presidência, fls. 10, os seguintes impedimentos: **DES. DENISE LEVY TREDLER** - Motivo: RELATORA EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA; **DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE** - Motivo: ANOTAÇÃO DE IMPEDIMENTO EM CADASTRO PRÓPRIO DO TJRJ; **DES. SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES** - Motivo: VOGAL EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA; **DES. PEDRO FREIRE RAGUENET** - Motivo: VOGAL EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA; **DES. DES. ANDRE EMILIO RIBEIRO VON MELENTOVYTCH** - Motivo: VOGAL EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA; **DES. MURILO ANDRE KIELING CARDONA PEREIRA** - Motivo: VOGAL EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA; **JDS. DES. MABEL CHRISTINA CASTRIOTO MEIRA DE VASCONCELLOS** - Motivo: RELATORA EM PROCESSO NA 2ª INSTANCIA.

Certifico, finalmente, que não há acautelamento de mídia nesta Secretaria.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2017.

Jorge Lima, mat. 18.359

Serviço de Processamento Cível



## **CERTIDÃO**

Certifico que em sessão realizada pelo Tribunal Pleno em 09 de novembro de 2017, foi aprovada alteração regimental que unificou a competência das vinte e sete Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça. Votaram sim - 135 Desembargadores -, votaram não - 03 Desembargadores. Não foram computados votos brancos/nulos.

Certifico, também, que no dia 16/11/2017, foi publicada no DJERJ, Caderno I – Administrativo, páginas 08/10, a Resolução Tribunal Pleno n. 01/2017 que trata da alteração regimental supramencionada.

Regineide Anete Reis  
Secretária SETOE



Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0050618-51.2017.8.19.0000 - CONFLITO DE COMPETENCIA**

**Fase: Conclusão - Relator**

<b>Data da Conclusão</b>	14/03/2018 12:59
<b>Destino</b>	GAB. DES GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO
<b>Órgão Julgador</b>	OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL

**ÓRGÃO ESPECIAL**

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

**SUSCITANTE: EGRÉGIA 23ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**SUSCITADO: EGRÉGIA 21ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**RELATOR: DES. GABRIEL ZEFIRO**

Conflito negativo de competência. Discussão quanto à existência de relação de consumo entre as partes. Aprovação da Resolução 01/2007 do Tribunal Pleno, que unificou a competência das Câmaras Cíveis, pondo fim à especialização. Perda superveniente do objeto, com a declaração da competência do órgão suscitado, em virtude da prevenção.

**DECISÃO**

Trata-se de conflito suscitado pela 23ª Câmara Cível em face da 21ª Câmara Cível, que declinou da competência para julgamento de recurso. O suscitante sustenta inexistir relação de consumo entre as partes.

O Ministério Público manifestou-se pela competência do órgão suscitado.

**É o relatório.**

O Tribunal Pleno aprovou a Resolução 01/2017, que unificou a competência das Câmaras Cíveis, pondo fim a especialização em matéria de direito do consumidor.

Nesse contexto, tornou-se desnecessário verificar, no presente conflito, se há relação de consumo entre os litigantes, pois este critério não é mais determinante para a fixação da competência.

Ante o exposto, **julgo extinto o conflito, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, declarando a competência do órgão suscitado (21ª Câmara Cível), em virtude da prevenção.**

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018.

\_\_\_\_\_  
RELATOR  
DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial**

Processo: 0050618-51.2017.8.19.0000

**CERTIDÃO**

Certifico que foi publicada a notícia do Despacho/Decisão no **Diário de Justiça Eletrônico/TJRJ**, Caderno II, nesta data.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2018.

Secretária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (SETOE)  
Divisão de Processos Judiciais  
**Serviço de Processamento Cível (SECIV)**

**Ofício nº 975/2018-SETOE-SECIV**

**Conflito de Competência nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

**Ref.: 0036670-47.2014.8.19.0000**

**Suscitante: EGRÉGIA 23ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Suscitado: EGRÉGIA 21ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2018.

Senhora Desembargadora,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO - Relator, informo a Vossa Excelência que foi proferida nos autos do processo acima referido, decisão nos seguinte termos:

***“(…) Ante o exposto, julgo extinto o conflito, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, declarando a competência do órgão suscitado (21ª Câmara Cível), em virtude da prevenção.”***

Informo, por oportuno, que todas as peças dos autos podem ser visualizadas através do e-jud, no menu consulta peças.

Respeitosamente,

**REGINEIDE ANETE REIS**  
Secretária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

À Excelentíssima Senhora Desembargadora **Sônia De Fátima Dias**  
Presidente da Egrégia **23ª** Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (SETOE)  
Divisão de Processos Judiciais  
**Serviço de Processamento Cível (SECIV)**

**Ofício nº 976/2018-SETOE-SECIV**

**Conflito de Competência nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

**Ref.: 0036670-47.2014.8.19.0000**

**Suscitante: EGRÉGIA 23ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Suscitado: EGRÉGIA 21ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2018.

Senhora Desembargadora,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO - Relator, informo a Vossa Excelência que foi proferida nos autos do processo acima referido, decisão nos seguinte termos:

***“(…) Ante o exposto, julgo extinto o conflito, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, declarando a competência do órgão suscitado (21ª Câmara Cível), em virtude da prevenção.”***

Informo, por oportuno, que todas as peças dos autos podem ser visualizadas através do e-jud, no menu consulta peças.

Respeitosamente,

**REGINEIDE ANETE REIS**  
Secretária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

À Excelentíssima Senhora Desembargadora **Denise Levy Tredler**  
Presidente da Egrégia **21ª** Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro





*Poder Judiciário*

**Malote Digital**

**Impresso em:** 16/04/2018 às 14:55

**RECIBO DE LEITURA**

**Código de rastreabilidade:** 81920182860999

**Documento:** OF. 976-2018.pdf

**Remetente:** OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL ( Bruno Teixeira do Nascimento Fiuza )

**Destinatário:** DGJUR - SECRETARIA DA 21 CAMARA CIVEL (TJRJ)

**Lido Por:** Maria Eduarda do Nascimento de Melo

**Data de Envio:** 12/04/2018 18:18:57

**Data Leitura:** 13/04/2018 13:33:20

**Assunto:** Ofício nº 976/2018-SETOE-SECIV



**Imprimir**



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (SETOE)  
Divisão de Processos Judiciais  
**Serviço de Processamento Cível (SECIV)**

**Ofício nº 976/2018-SETOE-SECIV**

**Conflito de Competência nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

**Ref.: 0036670-47.2014.8.19.0000**

Suscitante: **EGRÉGIA 23ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Suscitado: **EGRÉGIA 21ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2018.

Senhora Desembargadora,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO - Relator, informo a Vossa Excelência que foi proferida nos autos do processo acima referido, decisão nos seguinte termos:

***“(…) Ante o exposto, julgo extinto o conflito, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, declarando a competência do órgão suscitado (21ª Câmara Cível), em virtude da prevenção.”***

Informo, por oportuno, que todas as peças dos autos podem ser visualizadas através do e-jud, no menu consulta peças.

Respeitosamente,

  
**REGINEIDE ANETE REIS**  
Secretária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

À Excelentíssima Senhora Desembargadora **Denise Levy Tredler**  
Presidente da Egrégia **21ª** Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



*Poder Judiciário*

**Malote Digital**

**Impresso em:** 17/04/2018 às 17:44

**RECIBO DE LEITURA**

**Código de rastreabilidade:** 81920182860998

**Documento:** OF.975-2018.pdf

**Remetente:** OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL ( Bruno Teixeira do Nascimento Fiuza )

**Destinatário:** DGJUR - SECRETARIA DA 23 CAMARA CIVEL/CONSUMIDOR (TJRJ)

**Lido Por:** Mauro Henrique Pereira de Samuel Marques

**Data de Envio:** 12/04/2018 18:18:16

**Data Leitura:** 17/04/2018 13:40:47

**Assunto:** Ofício nº 975/2018-SETOE-SECIV



**Imprimir**



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (SETOE)  
Divisão de Processos Judiciais  
**Serviço de Processamento Cível (SECIV)**

**Ofício nº 975/2018-SETOE-SECIV**

**Conflito de Competência nº 0050618-51.2017.8.19.0000**

**Ref.: 0036670-47.2014.8.19.0000**

**Suscitante: EGRÉGIA 23ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Suscitado: EGRÉGIA 21ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2018.

Senhora Desembargadora,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO - Relator, informo a Vossa Excelência que foi proferida nos autos do processo acima referido, decisão nos seguintes termos:

***“(…) Ante o exposto, julgo extinto o conflito, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, declarando a competência do órgão suscitado (21ª Câmara Cível), em virtude da prevenção.”***

Informo, por oportuno, que todas as peças dos autos podem ser visualizadas através do e-jud, no menu consulta peças.

Respeitosamente,

**REGINEIDE ANETE REIS**

Secretária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

À Excelentíssima Senhora Desembargadora **Sônia De Fátima Dias**  
Presidente da Egrégia 23ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

**OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ÓRGÃO ESPECIAL**

**INTIMAÇÃO ELETRÔNICA**

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2018

Processo: 0050618-51.2017.8.19.0000 - CONFLITO DE COMPETENCIA

Destinatário: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ASSESSORIA DE ATRIB ORIG  
EM MATERIA CIVEL)

Fica V. S<sup>a</sup> / V. Ex<sup>a</sup> intimado da determinação abaixo:

**ÓRGÃO ESPECIAL**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0050618-51.2017.8.19.0000

SUSCITANTE: EGRÉGIA 23<sup>a</sup> CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SUSCITADO: EGRÉGIA 21<sup>a</sup> CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATOR: DES. GABRIEL ZEFIRO

Conflito negativo de competência. Discussão quanto à existência de relação de consumo entre as partes.

Aprovação da Resolução 01/2007 do Tribunal Pleno, que unificou a competência das Câmaras Cíveis, pondo fim à especialização. Perda superveniente do objeto, com a declaração da competência do órgão suscitado, em virtude da prevenção.

**DECISÃO**

Trata-se de conflito suscitado pela 23<sup>a</sup> Câmara Cível em face da 21<sup>a</sup> Câmara Cível, que declinou da competência para julgamento de recurso. O suscitante sustenta inexistir relação de consumo entre as partes.

O Ministério Público manifestou-se pela competência do órgão suscitado.

É o relatório.

O Tribunal Pleno aprovou a Resolução 01/2017, que unificou a competência das Câmaras Cíveis, pondo fim a especialização em matéria de direito do consumidor.

Nesse contexto, tornou-se desnecessário verificar, no presente conflito, se há relação de consumo entre os litigantes, pois este critério não é mais determinante para a fixação da competência.

Ante o exposto, julgo extinto o conflito, sem resolução de mérito, pela perda superveniente do objeto, declarando a competência do órgão suscitado (21<sup>a</sup> Câmara Cível), em virtude da prevenção.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018.

\_\_\_\_\_  
RELATOR



DES. GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO

R

2





Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS  
ASSESSORIA DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CÍVEL

**ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PROCESSO 0050618-51.2017.8.19.0000**

Ciente da v. decisão de fls. 23/24.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2018.

**Sérgio Roberto Ulhôa Pimentel**  
Subprocurador-Geral de Justiça  
de Assuntos Cíveis e Institucionais



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
Secretaria do tribunal Pleno e Órgão Especial (SETOE)  
**Serviço de Processamento Cível (SECIV)**

Processo n 0050618-51.2017.8.19.0000

## C E R T I D ã O

Certifico que o processo em epígrafe transitou em julgado em 02/05/18

Katia Mary  
Mat16559